

PLANO DE ENSINO		
IDENTIFICAÇÃO		
ANO LETIVO	SÉRIE	TURNOS
2019	5º ano	Matutino e Noturno
NOME DA DISCIPLINA		
Direito Ambiental		
CARGA HORÁRIA		
SEMANAL: 02 Horas-aula		ANUAL: 70 H
DOCENTE RESPONSÁVEL		
Profa. Ana Laura Vallarelli Gutierrez Araujo		
EMENTA DA DISCIPLINA		
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Evolução histórica dos direitos humanos.</li> <li>2. Interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos.</li> <li>3. Introdução ao Direito Ambiental. Aspectos históricos. Ética e sustentabilidade. Educação ambiental. Mínimo existencial ambiental.</li> <li>4. Direito Ambiental: conceito e autonomia. Fontes do Direito Ambiental.</li> <li>5. Meio ambiente na Constituição de 1988.</li> <li>6. Princípios de direito ambiental.</li> <li>7. Bens ambientais.</li> <li>8. Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA). Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente.</li> <li>9. Responsabilidade por dano ou ameaça de dano ambiental: civil, administrativa e penal. Crimes ambientais.</li> <li>10. Meio ambiente natural. Patrimônio genético.</li> <li>11. Meio ambiente artificial.</li> <li>12. Meio ambiente cultural.</li> <li>13. Meio ambiente do trabalho.</li> </ol>		
OBJETIVOS DA DISCIPLINA		
<p><b>Objetivos Gerais</b></p> <p>Apresentar aos alunos uma abordagem contemporânea do direito ambiental com o fim de possibilitar o desenvolvimento de valores sociais, ligados à ética, cidadania e direitos humanos. Compreender os dilemas enfrentados pelo aplicador do direito na solução dos casos concretos.</p> <p>Estimular a pesquisa na área do direito ambiental com a finalidade de criar ações inovadoras que agilizem e aperfeiçoem os mecanismos de atendimento aos anseios da sociedade moderna na caracterização dos seus direitos, visando o desenvolvimento sustentável.</p> <p><b>Incentivar a extensão universitária por meio de elaboração de projetos sociais.</b></p> <p>Compreender a importância do meio ambiente enquanto elemento essencial à qualidade de vida dos seres humanos.</p> <p>Explorar com os alunos o sistema de proteção legal e jurídica do bem ambiental, partindo dos princípios ambientais contidos nas Declarações Internacionais e na Constituição Federal e descendo ao detalhamento da legislação infraconstitucional.</p> <p>Possibilitar o desenvolvimento das competências e habilidades para que o egresso tenha, ao final do curso:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>a) Leitura, compreensão e elaboração de textos jurídicos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;</li> <li>b) Interpretação e aplicação do Direito;</li> <li>c) Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;</li> </ol>		

- d) Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- e) Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- f) Julgamento e tomada de decisões;
- g) Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito;
- h) Capacidade para o trabalho em equipe.

### **Objetivos Específicos**

Ao final de cada unidade o aluno será capaz de:

- a) Recordar a evolução histórica dos direitos humanos.
- b) Compreender o processo histórico de formação da sociedade de massa.
- c) Conceituar, exemplificar, diferenciar e explicar os conceitos de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.
- d) Analisar a importância do Direito Ambiental na contemporaneidade como direito fundamental. Refletir sobre a sustentabilidade e como isso repercute na existência das presentes e futuras gerações. Reconhecer a importância dos recursos naturais para o desenvolvimento econômico. Analisar questões relacionadas ao mínimo existencial ambiental.
- e) Analisar, interpretar e aplicar as normas ambientais.
- f) Explicar o surgimento do direito ambiental. Reconhecer a importância do direito ambiental. Refletir sobre ética, sustentabilidade e ecologia e como essas questões repercutem sobre os demais ramos do direito.
- g) Criticar e discutir a visão biocêntrica e antropocêntrica.
- h) Citar e explicar as fontes do Direito Ambiental.
- i) Explicar a autonomia do Direito Ambiental e sua relação com outras ciências e com outros ramos do Direito.
- j) Identificar e aplicar os princípios ambientais a situações práticas.
- k) Identificar, explicar, interpretar e aplicar as normas constitucionais específicas e gerais.
- l) Compreender e aplicar as normas constitucionais de competência ambiental. Identificar a competência legislativa e administrativa de cada ente da federação. Aplicar as normas de competência ambiental previstas na Lei Complementar n. 140/11. Diferenciar atuação supletiva de atuação subsidiária. Identificar os instrumentos de cooperação institucional.
- m) Analisar a natureza jurídica dos bens ambientais.
- n) Descrever e esquematizar a Política Nacional do Meio Ambiente (LPNMA) e identificar seus princípios e objetivos. Conceituar degradação da qualidade ambiental, poluição, poluidor e recursos ambientais.
- o) Descrever e esquematizar o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e examinar a competência de cada órgão que o compõe.
- p) Compreender a importância dos instrumentos da PNMA para a preservação, melhoria e recuperação do meio ambiente. Relacionar qualidade ambiental com qualidade de vida.
- q) Conceituar, distinguir, analisar e esquematizar os instrumentos de intervenção da PNMA.
- r) Citar, classificar e estabelecer as principais características das unidades de conservação. Diferenciar as unidades de conservação: unidades de proteção integral e unidades de uso sustentável. Conceituar e identificar as áreas de preservação permanente (APPs) e a reserva legal (RL). Distinguir e comparar: unidades de conservação, áreas de preservação permanente e reserva legal.
- s) Conceituar, distinguir, analisar e esquematizar os instrumentos de controle da PNMA.
- t) Citar, classificar e estabelecer as principais características dos seguintes instrumentos: avaliação de impacto ambiental, estudo prévio de impacto ambiental, relatório de impacto ambiental, licenciamento ambiental, audiência pública, relatório de qualidade do meio ambiente, cadastros ambientais e informação ambiental, participação e educação ambiental. Conceituar licenciamento ambiental e licença ambiental. Aplicar as regras de competência para o licenciamento ambiental. Citar e indicar as condições para a concessão das licenças ambientais. Analisar a importância da participação popular como forma de exercer a cidadania ambiental e efetivar o direito à informação ambiental.
- u) Conceituar, distinguir, analisar e esquematizar os instrumentos econômicos da LPNMA: servidão ambiental, seguro ambiental e concessão ambiental.
- v) Discutir sobre as medidas de prevenção e repressão do dano ambiental. Analisar a

responsabilidade por dano ambiental. Distinguir e identificar os requisitos da responsabilidade penal da civil e da administrativa. Interpretar e aplicar as normas ambientais com relação aos crimes e infrações ambientais.

- w) Interpretar e aplicar as normas ambientais pertinentes ao meio ambiente natural, patrimônio genético, cultural, artificial e do trabalho.

1º semestre	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	Nº AULAS
07/02	Apresentações.	2
14/02	Evolução histórica dos direitos humanos: gerações/dimensões dos direitos humanos.	2
21/02	Interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos: Conceito de interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos. Classificação. Aspectos introdutórios da proteção de interesses difusos e coletivos. Análise de artigos.	2
28/02	Introdução ao Direito Ambiental. Aspectos históricos. Ética e sustentabilidade. Educação ambiental.	2
07/03	Mínimo existencial ambiental.	2
14/03	Debate sobre o mínimo existencial ambiental.	2
21/03	Direito Ambiental: conceito e autonomia. Fontes do Direito Ambiental.	2
28/03	Meio ambiente na Constituição de 1988.	2
04/04	Princípios de direito ambiental.	2
11/04	Princípios de direito ambiental.	2
18/04	Feriado.	2
25/04	Política Nacional do Meio Ambiente (LPNMA).	2
02/05	Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA).	2
09/05	Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente. Instrumentos de intervenção ambiental: padrões de qualidade e zoneamento ambiental.	2
16/05	Instrumentos de controle ambiental: Avaliação de impacto ambiental. Estudo prévio de impacto ambiental EPIA ou EIA), relatório de impacto ambiental (RIMA), licenciamento ambiental (LA), audiência pública. Relatório de Qualidade do Meio Ambiente. Cadastros. Informação, participação e educação ambiental.	2
23/05	Espaços territoriais especialmente protegidos (ETEP): unidades de conservação (UC), áreas de preservação permanente (APPs) e reserva legal (RL).	2
30/05	Apresentação: pesquisa sobre ETEPs na região de Sorocaba.	2
06/06	Apresentação: pesquisa sobre ETEPs na região de Sorocaba.	2
13/06	Período de avaliação Apresentação de trabalho departamental..	
SEQUÊNCIA 2º semestre	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	Nº AULAS
08/08	Correção e vista da primeira avaliação parcial.	2
15/08	Feriado municipal.	
22/08	Instrumentos econômicos da LPNMA: servidão ambiental, seguro ambiental e concessão ambiental.	2
29/08	Instrumentos repressivos da LPNMA: Responsabilidade por dano ou ameaça de dano ambiental. Tríplex responsabilidade: civil, administrativa e criminal. Responsabilidade civil.	2

05/09	Responsabilidade civil.	2
12/09	Responsabilidade administrativa. Infrações ambientais.	2
19/09	Responsabilidade criminal. Crimes ambientais.	2
26/09	Meio ambiente natural. A flora. A fauna. Recursos hídricos.	2
03/10	Palestra sobre Recursos Hídricos.	2
10/10	Biodiversidade. Patrimônio genético.	2
17/10	Oficina.	2
24/10	Meio ambiente artificial, cultural e do trabalho. Conceito e aspectos constitucionais.	2
31/10	Apresentação de projetos socioambientais.	2
07/11	Palestra sobre Saneamento Básico	2
14/11	Período de avaliação.	2

#### PROCEDIMENTOS E APRENDIZAGEM

- a) Aulas expositivas e dialogadas;
- b) *Google classroom*.
- c) Debates a partir de textos, julgados, vídeos e imagens, em sala de aula;
- d) Fichamentos;
- e) Estudo de casos;
- f) Seminários;
- g) Pesquisas bibliográfica e jurisprudencial;
- h) Palestras;
- i) Apresentação de projetos socioambientais.

#### AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação será feita durante a realização das atividades propostas, levando-se em consideração a presença, participação e o envolvimento dos alunos nos debates e exposições das atividades propostas, com vistas à integração ensino-pesquisa-extensão universitária.

Composição da nota:

- a) avaliações parciais: 0 a 5
- b) seminário, oficinas, trabalhos e pesquisas: 0 a 3.
- c) projeto socioambiental: 0-2
- d) trabalho da série: bônus (0 a 1 ponto)
- e) trabalho departamental:

#### BIBLIOGRAFIA

##### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito ambiental. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito Ambiental Brasileiro. São Paulo: Malheiros.

MILARÉ, Edis. Direito do Ambiente. São Paulo: RT.

##### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GRINOVER, Ada Pellegrini. Significado social, político e jurídico da tutela dos interesses difusos. Revista de Processo, São Paulo, SP, vol. 97, p. 9 – 15, jan – mar. 2000.

BECHARA, Erika. Compensação e licenciamento ambiental na Lei do Sistema Nacional das Unidades de Conservação (SNUC). São Paulo: Atlas.

GOMES JÚNIOR, Luiz Manoel. O direito difuso à informação verdadeira e a sua proteção por meio das ações coletivas - a função social da informação. Revista de Direito Privado, São Paulo, SP, vol. 10, p. 154 – 164, abr – jun. 2002.

MELLO, Fernando de Paula Batista. O dano não patrimonial transindividual. Revista de Direito do Consumidor, São Paulo, SP, vol. 96, p. 41 – 74, nov – dez. 2014.



Professora Ana Laura Vallarelli Gutierrez Araujo